

LEONARDO BRUNI E TUCÍDIDES: HISTÓRIA E RETÓRICA

Francisco Murari Pires*

RESUMO

O artigo propõe uma reflexão acerca da concepção de História presente em Leonardo Bruni, contrapondo a percepção antiga dos princípios da narrativa afirmados pela história tucídideana à percepção teleológica que a aprecia pelos parâmetros da historiografia moderna.

PALAVRAS-CHAVE: *História e historiografia. Leonardo Bruni. Retórica. Tucídides.*

Retornando à cidade entre fins de 1414 a inícios de 1415,¹ Bruni pôs-se a escrever uma história da república florentina.² O primeiro volume aparece no ano seguinte, 1416, e os demais escalonam-se ao longo de três décadas, com “nove deles já formalmente apresentados à *signoria* de Florença em 1439” (WILCOX, 1969, p. 3; KLEE, 1990, nota 227), e ainda inacabado o décimo-segundo quando de sua morte em 1444.³ Bruni percorre, em seu texto, quatorze

* Professor da Universidade de São Paulo (USP). Doutor em História pela USP com pós-doutorado pela École de Hautes Études en Sciences Sociales (França) e pela Fondation Hardt pour les Études Classiques (Suíça). E-mail: murari@usp.br.

¹ Março de 1415 para Fryde (1980, p. 539).

² Udo Klee (1990, notas 231 a 233) referenda a tese de Pfeiffer de que o projeto da obra esboçara-se já por volta de 1404, dando lugar inclusive aos primeiros apontamentos.

³ Para as datas de publicação dos volumes vejam-se: Ullman (1955, p. 325-326); Hankins (BRUNI, 2001, p. xi); Wilcox (1969, p. 3-5); Klee (1990, nota 227a).

séculos da história de Florença, desde a fundação romana até a morte de Giangaleazzo Visconti (1402).

A República, grata pela obra, honrou-o concedendo-lhe a cidadania em 1416, mais privilégios que o desoneravam de certos tributos. Um exemplar das **Histórias** foi recolhido na capela do Palazzo Vecchio, assim integrado, junto a outras glórias florentinas, como mais outro emblema, este historiográfico, de privilegiada identidade cívica republicana.

Quando de seu funeral, foram ainda as **Histórias do Povo Florentino** que o acompanharam na tumba (HANKINS. In: BRUNI, 2001, p. x), então abrigada na igreja de Santa Croce. Companhia eternalizada de Historiador com sua História que as figuras esculpidas por Bernardo Rossellino na efígie marmórea que a encima mimetizam por livro seguro às mãos apertado contra o peito: celebração imagética dos nexos cívicos que, no dizer dos próprios florentinos, lembrava “o maior historiador dos fatos de nossa cidade de Florença”.⁴ A firmar-lhe gloriosa fama, o epitáfio diz: “A história chora, a eloquência calou-se, e as Musas, quer gregas quer latinas, não contiveram as lágrimas” (McMANAMON, 1989, p. 57).

Na *práxis* historiográfica bruniana os críticos contemporâneos reconhecem, além de outros modelos antigos, também méritos de impregnações tucidideanas, especialmente assim identificadas em termos dos (supostamente) similares vislumbres metodológicos presentes nas obras de um e outro historiador, ateniense e florentino.

Tal tese de uma herança metodológica tucidideana na obra historiográfica de Leonardo Bruni foi enfaticamente sugerida por Edmund Fryde, especialmente numa conferência de aula inaugural na *University College of Wales* em 21 de novembro de 1973.⁵ Foi Bruni “o primeiro historiador humanista a ser claramente influenciado pelos historiadores gregos” (FRYDE, 1983, p. 26). Consoante com essa derivação, Bruni firma como dever de seu ofício historiográfico obrar “um ajuizamento pessoal de questionamento crítico de todas as autoridades, por eminentes que fossem, mesmo as religiosas” (FRYDE, 1983, p. 15). O empenho com que buscou realizar “uma investigação cuidadosa das evidências confiáveis”, constitui signo claro de sua “familiaridade com as

⁴ Hankins (1996, p. 175-176); Fubini (1980, p. 429-31); Wilcox (1969, p. 1-2).

⁵ “The Revival of a ‘Scientific’ and Erudite Historiography in the Earlier Renaissance” (FRYDE, 1983); confira-se igualmente o artigo “The Beginnings of Italian Humanist Historiography: The ‘New Cicero’ of Leonardo Bruni” (FRYDE, 1980).

recém-descobertas histórias de Tucídides e de Políbio” (FRYDE, 1983, p. 15). De Tucídides e Salústio, em particular, assimilou tanto “a arte de examinar racionalmente a apreensão das causas dos eventos” quanto “a forma estilística de apresentação concisa e dramática” (FRYDE, 1980, p. 534). Ao lermos Bruni, pondera Fryde, deparamos tantas “qualidades de um bom historiador que temos a ilusão de estar tratando com nossos colegas profissionais”.⁶

No mesmo sentido se pronuncia Eric Cochrane alguns anos depois (1981), nestes termos apreciando as particularidades das **Historiarum Florentini Populi** de Bruni:

[...] cuidadosamente moldadas quanto à linguagem, estilo e forma em reconhecidos modelos antigos, principalmente a *História Romana* de Tito Lívio e em certa medida também na *História da Guerra do Peloponeso* de Tucídides, a quem Bruni fora um dos primeiros ocidentais a ler após mil anos (COCHRANE, 1981, p. 3).

Reconhecimento das concepções do historiador antigo presentes na obra do moderno que, pelo ajuizamento de Cochrane, intriga mesmo a extrapolação assimiladora em Bruni da razão propriamente tucidideana que justificava por quais prescrições ele, Tucídides, reconstituíra os discursos integrados em sua narrativa: o que Cochrane diz a respeito de Bruni – “ele expunha as causas bem apropriadamente pelos termos mesmos que foram, ou podem ter sido, pronunciados pelo agente”⁷ – ecoa os teores do princípio tucididiano – “Foi assim como me pareceu quais seriam as coisas especialmente apropriadas que cada uma das partes discorreria acerca de cada uma das situações presentes, que os formulei [...]” (*Tucídides*, I.22.1).

Já Ricardo Fubini, num ensaio datado de 1980 em que aprecia os preceitos e fundamentos da *práxis* historiográfica de Leonardo Bruni, dispõe – todavia, apenas relegadas a notas-de-rodapé – algumas indicações articulando a significativa presença de Tucídides nas **Historiarum Florentini Populi**.⁸ O crítico italiano aponta particularmente o tributo metodológico que a história do florentino deve à do ateniense: similar recusa historiográfica dos elementos

⁶ O elogio se estende, por Fryde, a Flavio Biondo e a Lorenzo Valla (FRYDE, 1983: p. 14-15).

⁷ “[...] the causes were most appropriately expounded in the very words that were, or that might have been, pronounced by the agent” (COCHRANE, 1981, p. 4).

⁸ “Si segnerà infine, come fatto di particolare rilevanza, la precoce familiarità del Bruni con Tucídide, documentata dalla Reynolds” (FUBINI, 1980, p. 407, nota 15).

lendários ou míticos em ambos, por que Bruni reproduziria Tucídides, com a “Arqueologia” do ateniense correspondendo ao livro I do florentino.⁹ Ecos tucidideanos seriam, portanto, reconhecíveis, entende Fubini, particularmente na declaração de Bruni em que ele contrapõe história e poesia, tomando distância de Virgílio similarmente a como Tucídides tomara de Homero.¹⁰

Mais recentemente, 1990, Udo Klee consagrou cerrada análise de exegese textual a provar a tese de que Leonardo Bruni assimilara, em sua *práxis* historiográfica, a metodologia tucidideana de crítica de tradições, auferida quando da leitura do manuscrito que Pietro Miani gentilmente lhe emprestara.

Klee a indicia atuante particularmente em uma passagem dos *Commentaria tria de primo Bello Punico*, compostos entre 1418 e 1421. Ao referir-se aos primevos ocupantes da Sicília, o florentino lembra tradições fabulosas respeitantes aos ciclopes e lestrigões¹¹ em termos que, diz Klee, são bem próximos dos transmitidos por Tucídides,¹² com ambos os historiadores similarmente advertindo contra a nebulosa incerteza histórica que envolvia tais lendas.¹³

É sobretudo pelas **Historiae Florentini Populi**, especialmente em seu primeiro livro terminado em 1415, que Klee amarra mais fortemente os nexos de sua tese. As conclusões a que o crítico chega são taxativas. Aponta indicações de que Bruni depende “clara” ou “evidentemente” de Tucídides

⁹ “Un quesito importante, che non ci pare sia stato espressamente sollevato è se il Bruni, nel suo programmatico rigetto dell’elemento leggendario, non ricalchi direttamente la parimenti programmatica esclusione del favoloso (*tò mè mytbòdes*) con cui Tucídide, I, 22, caratterizza il proprio racconto. L’ipotesi potrebbe essere rafforzata da una certa analogia di impianto delle opere complessive, nel senso che una sezione introduttiva, dove le tradizioni più lontane (o “archeologia”), sono sottoposte per scorsi a vaglio critico (Tucídide I, 2-19; Bruni libro I), è tenuta metodicamente distinta dalla vera e propria trattazione annalistica [...]” (FUBINI, 1980, p. 425, nota 69).

¹⁰ “Il Bruni [‘ut alienor a poetarum figmentis, sic intemeratior ac purior historia’] há probabilmente presente Cicerone, De leg I, 1, 4-5: ... alias in historia leges observandas putare, alias in poemate ... ; ma possibilmente, uma volta di più, anche Tucídide, I, 20, circa l’inattendibilità dei poeti usati ad amplificare ed abbellire (*epì tò mèizon kosmìntes*): come questi aveva sottoposto a critica la tradizione omerica (I, 10), così ora egli sottoponeva quella virgiliana” (FUBINI, 1980, p. 426, nota 73).

¹¹ “Antiquissimi olim Siciliae populorum incoluisse illam dicuntur Cyclopes et Lestrigones, quorum origo nequaquam clara est, utpote a poetis magis quam ab historicis memorata” (citado por KLEE, 1990, p. 30).

¹² “Os mais antigos que as tradições mencionam como habitantes de qualquer parte da ilha são os ciclopes e os lestrigônios, a respeito dos quais não posso dizer a que raça pertenciam, nem de onde vieram, nem para onde foram. Limitemo-nos, pois, às histórias contadas pelos poetas e às opiniões de cada um a propósito deles” (*A Guerra dos Peloponésios e Atenienses* VI 2,1; tradução de Mário da Gama Kury).

¹³ “O julgamento sentença acerca da tradição mítica dos Ciclopes e Lestrigões é muito semelhante, mas apresenta uma decisiva diferença: enquanto Tucídides deixara sugestivamente a avaliação ao leitor inteligente e com a mera referência ao poeta presumia que os leitores já estivessem familiarizados, por meio da Arqueologia, com sua fundamental descrição relativamente à reivindicação de veracidade destes povos, Bruni conceitualiza expressamente a diferença entre poetas e historiadores” (KLEE, 1990, p. 30).

(KLEE, 1990, p. 40; 48). Deteta “paralelismos” textuais entre os dois historiadores tão “evidentes” quanto “irrecusáveis” (KLEE, 1990, p. 41; 38). Estabelece afinidades de pensamentos e formulações, mormente metodológicas, que permitem ou arrazoar “plausivelmente” ou mesmo “demonstrar pela mais alta probabilidade” (KLEE, 1990, p. 44; 39) que “a escrita da história” do florentino tinha por “modelo” e se “orientava” pela do ateniense (KLEE, 1990, p. 48). Em suma, Bruni “evidentemente imitara” Tucídides (KLEE, 1990, p. 38; 48; 49).

Ao que descortinam as análises de Udo Klee, nas páginas das **Histórias do Povo Florentino** Leonardo Bruni (re)criava figurações historiográficas que eram originariamente tucidideanas.

Assim, pelo que revelam os respectivos proêmios de ambos historiadores, o objeto da história contempla a memorização da grandeza de poderio político e militar que os feitos dos homens projetam: ao ápice da grandeza consumada por atenienses e espartanos na Guerra do Peloponeso corresponderia a suprema grandeza alcançada pelos florentinos em suas guerras contra “o todo-poderoso duque de Milão e o agressivo rei Ladislau”,¹⁴ tanto que, se aquela guerra antiga superava todas as que a antecederam (Tróia, Medas), agora as conquistas de Florença eram tão “memoráveis e importantes quanto aqueles grandiosos acontecimentos da antiguidade que lemos e admiramos tanto”.¹⁵ Em consonância com a dignidade seletiva do objeto, paralelismo também no que respeita à finalidade por que a história é escrita: a “elevada utilidade” da de Bruni ecoaria o *ketema es aei* da de Tucídides.¹⁶

Assim identificado o objeto, a narrativa da história começa abordando os tempos primevos ao se interrogar a questão da causa ou origem do poderio, de modo que a composição do primeiro livro da história de Florença, abarcando de sua fundação até a intervenção de Frederico II (1238), espelharia a estratégia discursiva intrigada pela “Arqueologia” tucidideana com que também o ateniense dá início a seu relato. Teríamos, então, quer numa ou noutra história, ao que argumenta Klee, similares desempenhos de racionalização historiográfica fundamentada em duas ordens de princípios. Por um lado, uma análoga postura metodológica de crítica de tradições (KLEE,

¹⁴ Na correspondência textual estabelecida por Klee entre ambos os proêmios, as declarações de Bruni p. 3 Z 4-10 responderiam pelas de Tucídides I.1,1-2 (KLEE, 1990, p. 36).

¹⁵ Bruni p. 3 Z 10-14 responderia por Tucídides I.1,3 mais I.21,2 (KLEE, 1990, p. 37).

¹⁶ Bruni p. 3 Z. 14-23 equivalendo a Tucídides I.22,4 (KLEE, 1990, p. 37).

1990, p. 37-40)¹⁷ conjugando operações indiciatórias¹⁸ com inferências por argumentação de plausibilidade (*eikós*),¹⁹ de modo que o *vulgaribus fabulosisque reiectis*²⁰ de Bruni responde justamente pelo *tò mè mythôdes*²¹ de Tucídides. Por outro lado, uma equivalente perspectiva ajuizante, com a *psicologia* do florentino respondendo pelo *anthropinon* do ateniense na admissão de um “psiquismo constante da natureza humana” (KLEE, 1990, p. 45).

Tal similitude de estratégia narrativa inaugural da escrita da história por que Bruni “imita” Tucídides permitiria, diz Klee, corrigir a tese de Hans Baron respeitante à criação do senso moderno de consciência histórica pelo florentino. Segundo Baron, fora quando a cidade heroicamente resistira aos projetos de conquista imperial do Duque de Milão, na virada do século, que Bruni conscientizara as razões da grandiosidade de Florença, por poderio estatal mais fulgor civilizatório (especialmente letrado e artístico): a cidade os devia fundamentalmente ao espírito de “humanismo cívico e liberdade republicana” consolidado justo naquela ocasião. Ora, argumenta Klee (1990, p. 45-46), os nexos que assim enraízam no princípio de “liberdade” política o estímulo que promove uma civilização esplendorosa remeteriam antes a uma (cons)ciência histórica firmada já por Tucídides em vários momentos de sua obra: ela aparece prefigurada na “Arqueologia”, depois veiculada no discurso dos atenienses em Esparta, e é expressamente teorizada no “Discurso Fúnebre” de Péricles. Pelo que, conclui Klee (1990, p. 46): “A teoria não é nenhuma criação original de Bruni, mas sim, foi derivada de Tucídides”.

¹⁷ Paralelos entre: a abordagem das razões político-geográficas da fundação de Florença similarmente a como Tucídides (I.7) analisa o estabelecimento das cidades no mundo grego quando Minos livrou os mares da pirataria (KLEE, 1990, p. 40-41); a origem etimológica do nome da cidade, de *Fluentia* para *Florentia*, que Bruni poderia ter tirado inspiração do modo como Tucídides similarmente arrazo a fundação de colônias gregas na Sicília no livro VI (KLEE, 1990, p. 41-42); a avaliação crítica das tradições legadas por Virgílio e por Tito Lívio para o poderio etrusco em Bruni correspondendo à de Homero por Tucídides (I.9-10) para a grandeza da guerra de Tróia (KLEE, 1990, p. 43-44).

¹⁸ Em que os *índices* e os *testes* brunianos respondem pelos *semeia* tucididianos, de modo que o *declarare* do florentino equivale ao *deíoun* do ateniense (KLEE, 1990, p. 43-45).

¹⁹ Confira-se especialmente o paralelismo que Klee (1990, p. 47) estabelece entre a crítica bruniana à tradição da re-fundação de Florença por Carlos Magno (I.76-77) com a da tradição dos tiranidas de Atenas por Tucídides (VI.55).

²⁰ “Antes que eu chegue aos tempos de que trato, entretanto, eu gostaria (seguindo o exemplo de certos autores) de relatar o que eu entendo seja a mais correta tradição acerca da fundação da cidade e de suas origens. Isto implicará *rejeitar algumas crenças comumente mantidas, todavia míticas*, e lançará luz no que se segue” (BRUNI, 2001, p. 5-7).

²¹ “E para o auditório, talvez, *o caráter não mítico* dos fatos parecerá menos agradável; mas, a quantos desejarem observar com clareza os acontecimentos ocorridos, e também os futuros que então novamente, pelo que respeita ao humano, ocorrerão tais quais ou análogos, julgarem tais coisas úteis, será o bastante” (Tucídides I.22,4).

Mimesis historiográfica de Tucídides por Bruni que, acrescenta Klee, ainda se desdobra pela adoção dos “discursos” como item fundante da arte narrativa. O primeiro deles integrado por Bruni em sua história, por voz dada a Farinata degli Uberti, espelha-se, sustenta Klee, “em termos tanto formais quanto de conteúdo”, naquele discurso que Tucídides coloca na boca dos corcirenses em Atenas.²²

É mormente por Leonardo Bruni que, portanto, diz Klee, a história de Tucídides é resgatada para o Ocidente europeu, assim conformando o moderno senso de história e a consoante concepção metodológica de sua escrita.

MODERNIDADE(S)

Em Bruni, a reflexão contemporânea sobre a escrita da história reconhece (um) seu princípio: “o primeiro historiador moderno”, diz B. L. Ullman em ensaio datado de 1946.²³ Fora Emilio Santini quem, três décadas antes (1914), iniciara a reversão do juízo anterior,²⁴ herdado de Burckhardt e firmado por Fueter,²⁵ que desqualificara a *práxis* historiográfica do florentino, nela acusando vícios de transbordamento retórico, tipicamente renascentista, porque dizia-se que ele fizera regredir a evolução da escrita da história ao desleixar seu melhor dever de facticidade, ao qual, pelo contrário, até mesmo a crônica medieval, Giovanni Villani sobretudo, já atendia.

A metodologia historiográfica de Bruni é essencialmente a nossa, proclama Ullman.²⁶ Nela se identificam os teores de nossos preceitos: informes factuais buscados às fontes originais; perspectiva histórica secularizante, que descarta lendas fictícias e similares tradições miraculosas, tão ao gosto dos poetas; empenho crítico em discriminar o verídico dentre relatos conflitantes; zelo por descortinar a causalidade motivacional dos atos humanos; apreciação correta dos fatos históricos, justiça que lhe fora feita já por Vespasiano da Bisticci, dele dizendo

²² Confira-se a análise por que Klee (1990, p. 48-52) acompanha em paralelo de similitudes e afinidades narrativas os textos de Tucídides (I.32-36) e de Bruni (**História do Povo Florentino**, II.68-72).

²³ Ullman (1955, p. 344); Watkins (1978, p. 22); Seigel (1968, p. 99).

²⁴ Considerem-se, além do que diz Ullman, igualmente as ponderações de Edmund B. Fryde (1980, p. 535): “a introdução de E. Santini às Histórias Florentinas por ele editadas em 1914 constitui o ponto de partida para toda obra séria sobre Bruni como historiador?”.

²⁵ Nesse alinhamento situam-se Voigt, Croce e Barnes. Confirmam-se as indicações apontadas por Ullman (1955, p. 321-323).

²⁶ Sobre a importância do ensaio de Ullman, confira-se o comentário de Edmund Fryde: “A melhor introdução às realizações de Bruni como historiador encontra-se no ensaio de B. L. Ullman ‘Leonardo Bruni and Humanistic Historiography’ publicado em 1946”.

que louvara Florença tanto quanto pudera, sem se afastar da verdade. E, especialmente, lembra Ullman ressoando significativos ecos de 1946, a projeção de um olhar sobre a história que ganha sentido como a realização da “liberdade e democracia”.²⁷ Brunì, “bem antes de Hegel”, assim a concebera.²⁸

Mas, porque nele se “encarna a figura do precursor”, a realização metodológica então alcançada em sua obra era, adverte Ullman, compreensivelmente “imperfeita”, ainda “inexperiente” (ULLMAN, 1955, p. 322), vitimada por falhas e desvios:

Não quero dar a impressão de que ele fosse um historiador perfeito. Seu método analítico, herdado de suas fontes, não se coaduna com a concepção moderna. Há, do ponto de vista das tendências mais recentes, uma ênfase demasiada na guerra. Disso tudo resulta que, a despeito de sua suposta tendência retórica, longos trechos da obra, especialmente quando ele segue Villani, são áridos e de leitura tediosa. Seu latim está longe da perfeição (ULLMAN, 1955, p. 343).

Mas, de Villani a Brunì, insiste Ullman, o progresso é inequívoco:

[pode-se dizer] em defesa de Fueter, que Brunì não seja nem um bom cronista nem um bom historiador e que Villani, pelo menos, o seja o primeiro. Todavia, do mesmo modo porque a primeira luz elétrica era inferior à luz a gás, não se segue que o gás seja melhor fonte de iluminação que a eletricidade (ULLMAN, 1955, p. 331).

Em dois ensaios – o primeiro significativamente intitulado “The Revival of a ‘Scientific’ and Erudite Historiography in the Earlier Renaissance”,²⁹ de 1973, e o segundo, composto alguns anos depois, em 1980, “The Beginnings of Italian Humanist Historiography: The ‘New Cicero’ of Leonardo Brunì”³⁰ –

²⁷ Confirmam-se os comentários tecidos por Ullman às páginas 331 a 343; confronte-se, no mesmo sentido, a citação que James Hankins (2000, p. 176-177) faz da apreciação de Brunì por Emilio Santini: “Brunì revela as manobras secretas [...] por precisão investigativa, por acuidade crítica, por imparcialidade nos julgamentos, Leonardo Brunì foi o primeiro dos historiadores eruditos [...] um verdadeiro e confiável historiador”.

²⁸ “Assim muito antes de Hegel, história era para Brunì a história da liberdade, e é minha impressão de que a definição de liberdade dada por Brunì se aproxima bem mais da maioria de nós do que da de Hegel” (ULLMAN, 1955, p. 342).

²⁹ Primeiramente exposto como aula inaugural ministrada na University College of Wales, Aberystwyth, em 21 de novembro de 1973, depois inserida na coletânea **Humanism and Renaissance Historiography** (FRYDE, 1983).

³⁰ Inicialmente publicado em **The English Historical Review** (FRYDE, 1980); depois incluído em **Humanism and Renaissance Historiography** (1983, p. 33-53).

Edmund B. Fryde também vê no historiador florentino o advento da historiografia moderna. Se esta, por vocação “científica”, se constitui plenamente como “ofício profissional e disciplina firmemente estabelecida” apenas a partir do século XIX (FRYDE, 1983, p. 3 e 31), é nos humanistas italianos do *Quattrocento* que, entende Fryde, pode-se reconhecer seu despertar: “Bruni, Biondo e Valla deixaram-nos alguns comentários bem percucientes acerca das qualidades de um bom historiador. Em os lendo temos a breve ilusão de estar lidando com nossos próprios colegas profissionais” (FRYDE, 1983, p. 14).

Duas ordens de inovações assinalam o advento dessa modernidade historiográfica: quer por competências metodológicas quer por “um senso mais aguçado do processo de transformação histórica”.

A perícia metodológica avança paralelamente ao alargamento das fontes históricas antigas então redescobertas, levando a uma melhor consciência crítica de seu tratamento factual. O “interesse pela verdade histórica” realiza-se por “diligente busca de evidências” em “fontes judiciosamente avaliadas”. Verdadeira “pedra angular da nova historiografia”, firma-se “a convicção de que se as evidências forem apropriadas, especialmente devido à sua proveniência de fontes coetâneas bem informadas, pode-se resolver decisivamente até mesmo as questões mais controversas” (FRYDE, 1983, p. 5; 12). É na elaboração de sua biografia de Cícero, na mesma época – em torno de 1416 – em que começa a compor as **Histórias Florentinas**, que, assevera Fryde, Bruni conforma tais procedimentos de juízo crítico, por cuja operação ele “combina e corrige suas autoridades primárias”. Já então “bem consciente de quais são os deveres do historiador”, Bruni define o padrão historiográfico que exercitaria em suas obras subsequentes de comentários aos historiadores gregos (FRYDE, 1980, p. 540).

Aprofunda-se, concomitantemente, a percepção da história humana, a qual ganha em conscienciosidade de inteligência racional na explanação e narrativa dos acontecimentos. O exame das origens das cidades afasta-se das tradições míticas de suas fundações. Concebe-se melhor os encadeamentos de causalidade.³¹

Mas, como já o advertira Ullman, também Fryde afere os limites de uma tal modernidade historiográfica bruniana, lembrando similarmente as “abundantes falhas” que igualmente a estigmatizam. Na própria composição

³¹ Confirmam-se especialmente as análises feitas por Fryde (1983, p. 3; 14-16; 22-24).

do **Cícero Novo**, Bruni revela tanto virtudes quanto vícios: ora ele “bem discrimina e faz excelente uso de suas fontes”, tece narrativas “puramente factuais apenas contando acontecimentos bem conhecidos sem qualquer parcialidade”, e mesmo chega “bem próximo da verdade histórica” (FRYDE, 1980, p. 545; 548; 549); ora, pelo contrário, ele elabora “discussões unilaterais e acrílicas”, elide informações e extravasa “preconceitos encomiásticos” para com o orador romano que ele tanto admirava, assim “comprometendo suas qualidades de biógrafo” (FRYDE, 1980, p. 544; 547). Ainda, embora se trate de aspecto mais “superficial” na avaliação de Fryde, a “verbosidade retórica dos historiadores renascentistas” pode ser vista como especialmente “irritante” (FRYDE, 1983, p. 7).

Em Bruni, então, têm-se certamente “inovações qualitativas promissoras”, as quais, entretanto, apenas “antecipam a historiografia amadurecida do futuro” (FRYDE, 1983, p. 4). É ainda, pela análise de Fryde, essencialmente a idéia de progresso que comanda a visão retrospectiva do crítico.

Já Eric Cochrane³² é incisivo na epígrafe com que encima sua apreciação analítica: “Como Minerva, a historiografia humanista nasceu já plenamente crescida” (COCHRANE, 1981, p. 3). Por inícios do *Quattrocento*, a coruja historiográfica emergia agora da cabeça de Leonardo Bruni: *Historiarum Florentini Populi Libri XII*, “verdadeira revolução no pensamento e escrita da história” (COCHRANE, 1981, p. 20). Tendo por herança a crônica, mas conjugando-a pelo espírito do Humanismo em que a *imitatio* dos modelos antigos era “incentivo, e não impedimento, à originalidade” (COCHRANE, 1981, p. 4), Bruni transmutou-a em história.

Narrativa que segue “ordenação cronológica”, mas que também articula as conexões essenciais para a compreensão do acontecimento e que estrutura seus livros pela “consistência temática dos conteúdos” (COCHRANE, 1981, p. 3). *Historia magistra vitae*, como em Cícero, mas que também observa o primado da verdade, “principal obrigação do historiador”, pois, “para ser útil, a história tem que ser verídica” (COCHRANE, 1981, p. 4). Assim, “dissolução das tradições míticas”, especialmente as lendas de origem e fundação, mais atenuação da fenomênica do “extraordinário”, centrando a atenção antes na dinâmica dos atos humanos. Contraposição de autores, verificação de seus informes e ajuizamento dos fatos no tratamento das fontes, por “consciência que marca

³² Em livro publicado em 1981: *Historians and Historiography in the Italian Renaissance* (COCHRANE, 1981).

o verdadeiro início da crítica histórica” (COCHRANE, 1981, p. 5). Recurso já a documentos de arquivos, oficiais e privados. Por fim, conformação da história de Florença por um sentido essencialmente político, equacionado em termos de sua ideologia republicana (COCHRANE, 1981, p. 8-9).

A *Minerva* de Bruni nasce, pois, plenamente “armada” de sua cabeça. Todavia, entende Cochrane, com armas antigas, próprias do *Quattrocento*: “Sua tentativa de adaptar os modelos antigos às exigências de uma época posterior não produziram imediatamente uma história de acordo com os padrões do século XIX, ou mesmo do século XVI”. Daí, as faltas e deficiências que Cochrane, por sua vez, acusa em Bruni, as quais respondem já pelos preceitos de uma história cujo paradigma se define por vocação sócio-econômica, pelo qual busca-se apreender nos acontecimentos os nexos das distintas categorias sociais imbricadas em sua determinação: ele “ignorou a família (*casata*)”; “dos interesses econômicos não diz uma palavra”; “passa por cima também as guildas, e assim a natureza corporativa do regime florentino”; “dividiu artificialmente a sociedade florentina em três classes sociais”; “confundiu as ideologias e ignorou os conflitos” (COCHRANE, 1981, p. 7).

O “progresso” da ciência da história desviara aqui por outros rumos a figuração seletiva que constitui seu objeto, razão porque o crítico reclama de outras correspondentes faltas na apenas incipiente modernidade bruniana.

Ora, com a obra de Donald J. Wilcox, de 1969, a modernidade historiográfica (re)conhecida em Leonardo Bruni intenta renovar a face de sua identidade.³³ Por sua axiologia epistemológica, a figuração da “cientificidade” de tradição “positivista” perde força: “Os problemas conexos às técnicas investigativas e ao método crítico de Bruni diminuem em importância quando se a examina a partir de um ponto de vista menos positivista”.³⁴ Fins da década de 1960, desvanecera-se a aura dessa tradição, fora sentenciado o fim de seu império sobre a escrita da história: “*Wie es eigentlich gewesen* não define a única premissa em que se pode basear uma honesta e compeltiva representação do passado”.³⁵

Não que traços de uma tal metodologia crítica “positivista” não estejam presentes, reconhece Wilcox, na historiografia de Bruni, especialmente nas

³³ Cf. Wilcox (1969).

³⁴ “The problems connected with Bruni’s research techniques and critical method diminish in importance when assayed from a less positivistic point of view” (WILCOX, 1969, p. 104).

³⁵ “*Wie es eigentlich gewesen* is not the only premise on which an honest and compelling representation of the past can be based” (WILCOX, 1969, p. 204).

Histórias do Povo Florentino. Detetam-se ali quer a “coleta de dados em ampla variedade de fontes”, arquivos inclusive, quer a “análise crítica” dos mesmos e a conseqüente aferição de (in)credibilidade (WILCOX, 1969, p. 102-104). Todavia, contesta Wilcox, tais traços são por demais tênues, insuficientes para configurar a fisionomia historiográfica da modernidade bruniana:

Ele [Bruni] buscava novos fatos quando sua nova concepção de história colocava questões que não podiam ser respondidas pelos materiais presentes nas crônicas. Ele criticava suas fontes em termos de seus próprios pressupostos acerca da natureza e estrutura da história. Em nenhum momento é a técnica abstraída em um princípio geral; em nenhum momento a pesquisa é levada a cabo por si mesma, independente de um senso imediato de significância. O método crítico de Bruni, o aspecto de sua prática investigativa que melhor se aproxima das técnicas modernas, é usado sem rigor. A compilação dos dados, embora perseguida com energia e grande esforço, não constitui o elemento principal da nova forma que o historiador humanista procurou criar como um veículo para sua nova percepção histórica. Se a contribuição de Bruni para o método histórico dependesse apenas daquelas poucas ocasiões em que ele pesquisou materiais de arquivos, ou dos casos isolados que sugerem uma abordagem crítica de suas fontes, seria algo efetivamente menor, e as críticas dos historiadores do século XIX estariam melhor justificadas (WILCOX, 1969, p. 104-105).

O ajuizamento de Wilcox é resoluto no condenar a paradoxal impropriedade em que incidira a abordagem “positivista” ao projetar em Bruni sua própria identidade.

Em sintonia com as inovações epistemológicas dos anos 1960 – pós-modernidade em trânsito –, Wilcox desloca da leitura de Bruni a abordagem enquadrada pelo padrão da cientificidade positivista, contrapondo, em seu lugar, a apreciação pela ótica do velho rival, a assim entender a história como *arte*, especificamente *literária*: “O historiador humanista não se via como um coletor de fatos mas como um artista que organizava os fatos em uma forma coerente e sedutora” (WILCOX, 1969, p. 105).

A modernidade de Bruni, entende Wilcox, manifesta-se especialmente pelo enfoque de conceituação secularizante que ele oferece da história. A realidade histórica é apreendida em termos da rede factual que a constitui, justamente assim revelada pela narrativa que tece as interconexões significativas dos acontecimentos. Estes, então, são relevantes consoante um princípio

rigoroso de seletividade, pelo qual Bruni tanto firma a natureza política da história (foco centrado nas questões concernentes aos modos de atuação dos agentes do poder) quanto sua consoante dimensão psicológica de determinação (perscrutação dos ânimos, motivos e propensões da natureza humana) (WILCOX, 1969, p. 34-35; 39-40; 63).

Dado que, prossegue Wilcox, “a nova concepção de história necessitava de um novo modo de expressão”, de uma forma narrativa dotada de “convicção e lucidez” (WILCOX, 1969, p. 99), Bruni adotou a formatação analística, derivando-a, como os demais itens formais de sua concepção, de Tito Lívio (WILCOX, 1969, p. 35). Pretendia, pois, por tal procedimento de ordenação cronológica da narrativa, dominar a exposição dos acontecimentos compondo-os em desenvolvimentos temáticos coerentes, de modo a que não só transparecesse claramente aquela sua apreensão conceitualizante quanto ainda compelissem a atração e interesse do leitor (WILCOX, 1969, p. 108-109).

Apreensão da “inovação historiográfica modernizante” instaurada por Bruni, pelo que assim descortina a análise de Wilcox, que, entretanto, mais desconjunta forma analística e teor conceitualizante, do que propriamente os conjugue. Uma e outro, forma e conteúdo, emergem, pela leitura de Wilcox, de circunstâncias e ordens narrativas díspares na composição das **Histórias Florentinas**. Pois, para a abordagem conceitualizante, diz Wilcox que ela se impõe propriamente quando Bruni narra especificamente os acontecimentos e as questões florentinas!³⁶ Já a incidência da formatação analística na narrativa de Bruni, antes de problemática e conflitante transposição moderna face justamente a tais propósitos de conceitualização historiográfica,³⁷ corresponderia ao movimento de gênese evolutiva da obra, por que o historiador intentasse resolver as (in)adequações inerentes de sua adoção mimética: modos

³⁶ “Bruni’s concern for these questions can be easily seen. His analysis becomes more rigorous when he is narrating specifically Florentine affairs. As he approaches broader topics, Bruni is less careful to interpret historical events in terms of the coherent concepts brought out in the last chapter” (WILCOX, 1969, p. 67).

³⁷ Confira-se o capítulo intitulado “The Development of the New Style”, especialmente as seguintes passagens: “When he [Bruni] tries to use the annalistic form to structure his own concepts, however, he runs into difficulties arising basically from the schematic and superficial manner in which he imitates Livy” (WILCOX, 1969, p. 110); “the annalistic division refers to noting which is essential to Bruni’s political and psychological concerns. It can help him to structure events in good order, but it cannot help him to master them in such a way that they illustrate and give concrete reality to historical conceptualizations” (WILCOX, 1969, p. 111); ‘the stylistic demands of this particular type of transition [the passage from year to year] force into relief the tension between the temporal, tangible dimensions of the annalistic form and the conceptual nature of Bruni’s historical understanding” (WILCOX, 1969, p. 117).

narrativos mais confusos para os primeiros livros, contra os melhor conscientizados apenas para os finais!

E projeção do(s) modelo(s) clássico(s) por que optara a historiografia bruniana no jogo entre Tito Lívio e Políbio,³⁸ também desconcertante nos termos com que a argumenta Wilcox. Pois, se, por um lado, o fundamental de sua modernidade era justo a abordagem conceitualizante, para o que Políbio seria o polo mais apropriado, e se, por outro, a forma analística que Tito Lívio modelava antes conturbava tal realização modernizante levando Bruni a afastar-se dela nos livros finais face às suas patentes inadequações, tem-se então um arrazoado algo “obtusos” no sentido de entendermos porque Bruni devesse, como o assevera Wilcox, adotar este, Tito Lívio, e não aquele, Políbio, como seu modelo, assim acolhendo aquela referência de *imitatio* clássica que mais do que tudo atrapalhava sua narrativa conceitualizante!

Também James Hankins tem a **História** de Bruni em alto conceito: “se ousadia de concepção, originalidade, estilo e influência constituem critérios de excelência, a **História do Povo Florentino** por Leonardo Bruni de Arezzo merece ser considerada a maior obra histórica do Renascimento italiano” (In: BRUNI, 2001, p. ix).

Por um lado, Hankins nela reconhece todo o espectro de virtudes historiográficas já apontado por seus predecessores: “o entendimento que ele tinha dos homens e seus atos”; “erudição e poderosa imaginação histórica”; “extraordinário domínio das fontes da história latina e grega que o capacitou a se desvencilhar das lendas exuberantes que se tinham desenvolvido acerca da fundação de Florença [...] e a resolutamente recusar os mitos cívicos consagrados em reverenciadas crônicas medievais como as de Giovanni Villani, o que constitui um dos mais impressionantes feitos da crítica humanista do século XV, antecipando e rivalizando com a mais famosa dissolução da Doação de Constantino por Lorenzo Valla nos anos 1440”; “conclusões frequentemente fundamentadas em documentos derivados dos arquivos papais e oficiais florentinos, a que Bruni tinha acesso privilegiado”; “a portentosa remodelação” porque percebe o sentido político e cultural do processo histórico que evolui da República romana aos inícios da modernidade, “a colocá-lo na mesma

³⁸ “Livy, on the other hand, understood and exploited the organizational advantages of the annalistic form. Polybius, for all his superiority to Livy in the realm of historical conceptualization, tended to be clumsy and profuse as narrator” (WILCOX, 1969, p. 108-109).

classe de Gibbon como pensador histórico”; “o primeiro esboço na tradição ocidental da arquitetura conceitual que dominou a historiografia europeia desde então, com sua divisão tripartite - antiga, medieval e moderna”.³⁹

E, todavia, se Bruni ainda “pode ser dito como o inventor da mais antiga concepção de moderno”, a “modernidade” que James Hankins então percebe desvia-se já um tanto dos rumos mais precipuamente metodológicos por que os críticos anteriores a exaltavam:

Sua concepção do moderno é, entretanto, imprescindivelmente secular. Vários comentadores já observaram que na história de Bruni a ascensão e a queda da liberdade política toma o lugar que as fortunas da Cristandade mantinham anteriormente enquanto princípio organizador na primeira historiografia cristã e na medieval. A Divina Providência não é mais o primeiro motor dos fatos humanos. Os seres humanos mesmos fazem sua própria história. É por esta razão, e não por qualquer grande avanço formal ou técnico que Bruni é corretamente denominado o primeiro historiador moderno (HANKINS. In: BRUNI, 2001, p. xviii, grifos nossos).

É antes Bruni o sábio político, mais do que o historiador, que induz os louvores de Hankins:

Se a história é o resultado da atividade humana, tanto o historiador quanto o cidadão têm uma clara responsabilidade de aprender com o passado. [...] com a escrita histórica encarada como um modo de ampliar grandemente a memória natural da raça humana a assim adquirir a virtude que se acumula com a experiência [...], a saber, a virtude da prudência. A história de Bruni está cheia de lições para os cidadãos de uma república (HANKINS. In: BRUNI, 2001, p. xviii).

E, todavia, por leituras de outras obras de Bruni, Hankins tece entendimentos que também divergem de uma tal apreciação crítica, agora ressaltando antes “os deméritos historiográficos” do humanista florentino. Particularmente significativo, nesse sentido, o ensaio em que ele se propõe a reavaliar as relações opostas entre história e retórica no pensamento de Bruni (HANKINS, 2000). Integrando sua reflexão no âmbito polêmico da problemática inaugurada pelas teses de Hans Baron, Hankins dirige sua análise para os dois principais textos em que o florentino teria (supostamente)

³⁹ Confirmam-se seus comentários entre as páginas xiii e xviii de sua Introdução (In: BRUNI, 2001).

arquitetado a ideologia do “humanismo cívico”: a *Laudatio Florentinae Urbis* mais a *Oratio in funere Iohannis Strozzi*. A idéia que o move é anunciada já desde o início:

Espero mostrar algo detalhadamente a relação entre a forma retórica e o caráter histórico (ou antes a-histórico) desses textos. Minha argumentação será a de que os intérpretes modernos equivocaram-se no entendimento de ambos esses textos porque não apreciaram suficientemente as convenções retóricas por eles adotadas e não se preocuparam em situá-los no contexto das demais obras de Brunni (HANKINS, 2000, p. 143).

Em ambas aquelas obras, *Laudatio* e *Oratio*, a exegese crítica de Hankins acusa grosseiras deficiências ou faltas historiográficas da parte de Brunni, então tido por certamente “mentiroso” ao expor discursivamente “os mais vergonhosos exageros, adornos, ficções e inverdades” (HANKINS, 2000, p. 161). Ao tecer, na *Laudatio*, a apologia de Florença, “nada do que ele disse é estritamente verdade”, adverte Hankins: não passa de composição “demagógica jingoísta de País-da-Esperança-e-Glória que não podia então e nem deve agora ser levada demasiado a sério”.⁴⁰ Ainda mais “ousados” os destemperos retóricos empregues na *Oratio*, quando Brunni, para glorificar Nanni, distorce os fatos históricos, dá informações errôneas, tece afirmações ora questionáveis ora mesmo fabricadas.⁴¹ Obras, pois, de “ficção”.

Assim, entende Hankins, há que distinguir em Brunni as figuras de historiador e de retórico, pois, história e panegírico remetem a diferentes gêneros de composição, como, aliás, Brunni mesmo advertira em uma de suas cartas. Por conseguinte, há que se considerar que naqueles dois panegíricos Brunni estava a cultivar a *ornatio* e a “heroicizar os acontecimentos”, mesmo que “faltando para com a verdade”; já quando compôs sua história,⁴² ele apresentou um “relato preciso e sóbrio dos fatos verdadeiros”.

Os procedimentos de apreciação crítica acerca do desempenho historiográfico do escritor humanista operam, consoante o arrazoado de Hankins, em termos do imperativo de uma consciência omnipresente do fato histórico. Primeiro, o crítico determina seu conhecimento (atualizado) pela

⁴⁰ “[...] we are plainly dealing with crowd-pleasing, Land-of-Hope-and-Glory jingoism that could not then and should not now be taken too seriously” (HANKINS, 2000, p. 162).

⁴¹ Confirmam-se seus comentários às páginas 164-167.

⁴² Hankins refere-se particularmente às **Histórias Florentinas**.

razão da ciência histórica firmada como disciplina a partir do século XIX, assim contando não só com o aprimoramento dos padrões metodológicos como ainda com a ampliação dos informes evidenciadores. Uma vez (re)constituído logicamente o fato, como produto dessa razão de cientificidade metodológica, dispõe-se da projeção de realidade histórica reificada contra a qual se afere a (in)correção de seu relato pelo escritor antigo que (supostamente) a vivenciara.

Lançando, pois, sobre Bruni nosso olhar historiográfico contemporâneo, assim instruído por tais paradigmas de “cientificidade” e assim estruturado pelo primado irrestrito da categoria do fato histórico, permitimo-nos parcializar nossas apreciações valorativas de suas obras, em particular nelas dissociando os aportes da história contra os da retórica, pelos quais discriminamos seus mutuamente contrapositivos (des)certos. Imagina-se, ou supõe-se, como modo de operação da dinâmica compositiva do humanista florentino, duas ordens de competências intelectivas, historiográfica e retórica, por ele ativadas com pleno domínio autônomo, de modo a que, propondo-se praticar um gênero, atendesse exclusivamente aos preceitos impositivos do mesmo, ou ignorando ou desleixando os do outro. Em Bruni, então, a crítica tanto estima o que nele seja “história de retórica controlada” quanto repugna o que seja, ao avesso, “retórica de história descontrolada”.

ANTIGUIDADE(S)

Ao olhar moderno pelo qual se ajuiza a historiografia bruniana em termos do eventual “progresso” de (uma) sua teleologia “científica”, (cor)responde, em contrapartida, o paralelo de um olhar antigo, porque também se pode apreciá-la antes como avatar “humanista” das concepções da tradição clássica, greco-romanas, as quais eram especialmente configuradas em termos da enunciação dos princípios da narrativa,⁴³ convencionalmente expostos nos proêmios/prefácios que inaugura(va)m as obras históricas.⁴⁴ Assim mimeticamente o faz Bruni, abrindo a **História do Povo Florentino** por um *Proemium Auctoris* (BRUNI, 2001, p. 2-7).

“A grandeza consumada” na história pelos “atos” do “Povo Florentino” interpela o dever axiológico porque Bruni assumia o ofício de historiador:

⁴³ Para o entendimento do que conceituamos como princípios da narrativa (axiológico, teleológico, onomasiológico, metodológico e arqueológico-etiológico) confirmam-se nossos estudos em **Mithistória** (PIRES, 1999, p. 147-276).

⁴⁴ Dentre as obras compostas por Bruni, já um panegirista anônimo seu contemporâneo distinguia as de concepção histórica (McMANAMON, 1989, p. 131), assim também qualificadas pelos críticos modernos (FRYDE, 1983; IANZITI, 1998).

tantos “célebres feitos na guerra e na paz”, cuja grandiosidade, iniciada “nos vários combates internos”, depois ampliada “por admiráveis empreendimentos contra os vizinhos imediatos”, culminara pelo presente poderio consumado pela cidade na guerra “contra o todo-poderoso duque de Milão mais o agressivo rei Ladislau”, a que ainda se acrescera a emblemática “conquista de Pisa”, tida por Bruni como a “outra Cartago”, a assim figurar para Florença o destino histórico de uma nova Roma. Reconhecendo, pois, que os Florentinos então igualavam a glória que tanto se admira nos antigos, Bruni os “dignificava” pelo “relato memorizador” de sua **História**.⁴⁵

Axiologia historiográfica a que corresponde condizente teleologia, a firmar a especial valia do saber histórico:

entendi que o conhecimento desses feitos seria utilíssimo nas questões privadas e públicas, pois, se entendemos que os homens mais idosos são mais sábios porque vivenciaram mais coisas, quão maior é a sabedoria que a história pode nos dar se a lermos cuidadosamente! Com efeito, ali os feitos e as decisões de várias épocas podem ser examinadas; de suas páginas podemos aprender com facilidade que comportamentos devemos imitar ou evitar, ao passo que as glórias obtidas por grandes homens, ali registradas, inspiram-nos a realizar atos virtuosos (BRUNI, 2001, p. 3).

Teleologia⁴⁶ do saber histórico porque, então, cada época, diz Bruni, tem o dever de registrar a história que ela vive:

Quem dera que os homens dos tempos antigos, qual fosse a extensão de sua instrução e eloquência, tivessem registrado os acontecimentos de seus próprios tempos, ao invés de deixá-los passar em silêncio! Pois, se não estou equivocado, o dever especial dos eruditos sempre foi celebrar os feitos de sua própria época e assim resgatá-los do esquecimento e do poder do destino – de fato, em os consagrando, torná-los imortais (BRUNI, 2001, p. 5).

Dever de memória que, assim, também singularmente a ele, Bruni, se impunha, já que correspondentemente interpelado pela axiologia que a história do Povo Florentino legava como saber aos homens.

Mas a obra do historiador, reconhece Bruni, é extremamente penosa, cercada por “adversidades” que lhe impõem “ingentes labores”. Desafios de

⁴⁵ “These actions seemed to me very much worthy of record and remembrance [...]” (BRUNI, 2001, p. 3).

⁴⁶ Teleológico vai aqui referido nos termos de sua concepção enquanto princípio da narrativa historiográfica (cf. PIRES, 1999, p. 181-204).

várias ordens, de que Bruni lembra, de imediato, duas em particular: as deficiências de “informes” respeitantes a “certos tempos”, porque ou “lacunares” ou “obscuros”, mais as injunções historiográficas no tratamento de onomástica “áspera”, avessa à “elegância” preceituada para a arte discursiva. E não se trata apenas do esforço que a composição de uma obra menor reclama, ou “um só volume” ou uma “carta”. Pois, adverte Bruni, mais severos e intrincados são os requisitos que impendem à escrita da história, a dela exigir competências específicas de pleno domínio do objeto tratado: “narrativa extensa e articulada, explanação causal de cada acontecimento, e manifestação a todos de seu ajuizamento de cada questão”.

Não é, pois, de se admirar, admite Bruni, que os escritores não queiram tomar aos ombros o fardo intelectual que oprime quem ouse assumir a “pena” da história: “empreendimento tão perigoso de prometer quanto duro de cumprir”. Assim, configura-se o modo humano, ordinário, porque se dissuade a escrita da história: as pessoas ou preservam seu próprio “conforto”, porque avessas a trabalhos duros, ou desleixam sua melhor reputação, porque receosos de comprometê-la. E assim a história é silenciada pelas (des)razões das fraquezas humanas: ou negligência ou incompetência ou leviandade.

História, pois, proclama Bruni, é obra de apelo heróico, que interpela homens excepcionais, assim superiores, afeitos à promoção do “bem público”, que não deixam, por egoísmo, “perder-se a memória de varões ilustres e feitos superlativos”. Contra a viciosidade confortável da mediocridade retraída, impõe-se ao historiador, como a Hércules, a virtuosidade penosa da grandeza que se expõe aos riscos do desafio. E idealização do ofício historiográfico que Bruni atualiza assimilando, por vieses levemente cristianizados, a retórica de sua heroicização, então firmando sapientes protestos de prudente modéstia, pela qual o historiador piedosamente roga favores divinos que façam avançar as (in)suficiências humanas:

Ao me por a escrever, portanto, estava ciente de minhas próprias limitações e dos fardos de minha tarefa. Mas espero que Deus possa favorecer meu empreendimento de modo que tenha êxito, uma vez que estou me dispondo a uma boa causa. Pois, se minhas habilidades não estão à altura do empreendimento, Ele irá, todavia, auxiliar o árduo trabalho e empenho (BRUNI, 2001, p. 5).

Pela trama da representação enunciativa do sujeito da obra, assim figurada em termos de um dom ou graça divina que plenifique os desempenhos da arte historiográfica do autor, a retórica heroizante mimetizada por Bruni desvia do Proêmio a explicitação de seu princípio metodológico, o qual é apenas alusivamente intrigado pelo vislumbre das “dificuldades” compositivas, mas cujo equacionamento (ir)resolutivo é antes ou elidido ou silenciado, justamente porque vem assim subsumido pela identidade onomástica que a autoria supõe, em apropriada consonância com a figuração de sua excelência heróica.

Assumida a empresa de escrever a “história da cidade”, impõe-se de imediato à reflexão de Bruni considerar a distinção contrapositiva de temporalidades por que ela se estende: uma referência situa o presente do historiador (“meu próprio tempo”), outra, (todo) o passado da cidade (“as épocas anteriores de que se têm memória”). No diálogo assim instaurado entre um e outro, se a atenção do olhar historiográfico, por dever de ofício, privilegia o presente que considera a atualidade dessa história, também se acata o “exemplo” firmado por outros historiadores que preceitua iniciá-la abordando o tempo primordial de sua “fundação e origens”. Um tal princípio arqueológico, a dispor o início de sua factualidade narrativa, é tanto mais essencial e valioso quanto comporta alcance etiológico: por ter que defrontar “versões lendárias de difusão consagrada” (*vulgaribus fabulosisque opinionibus*), tal princípio narrativo “lança luzes” sobre tudo o que se segue nessa história.

Assim inicia a história que Bruni conta: “Os fundadores de Florença eram colonos romanos que Lúcio Sila enviara para Faesulae” (BRUNI, 2001, p. 9). Desse modo ele recompensava, com domínios naquele território, “seus veteranos” por “notáveis serviços” prestados, especialmente nas Guerras Civis. Florença nascera, pois, de “cepa romana”, por “cidadãos excelentes e varões fortíssimos”.

Por ato primeiro, de precípua fundação, porque Florença foi estabelecida, selou-se na face urbana a herança de sua identidade: os colonos, comenta Bruni ecoando dizeres de Cícero, imprimiram na cidade o senso romano de “magnificência edilícia” que sua proveniência transladava:

por nostalgia ou afeição a seu antigo lar, os colonizadores parecem ter conscientemente imitado Roma no planejamento e na construção dos edifícios de sua cidade. Edificaram um capitólio e um fórum, com a mesma configuração da existente em Roma, bem como termas públicas

de um povo limpo, mais arena de jogos e espetáculos. O templo de Marte foi erigido pelo mesmo espírito de emulação, pois era a este deus que os romanos, supersticiosamente, atribuíam sua ancestralidade. De fato, estavam tão ávidos por firmar seus laços com Roma que apreciavam dela fazer cópias até de obras menos importantes, ainda que fosse a gastos enormes. Assim, um aqueduto provedor de água, obra justa em Roma cujos mananciais próprios eram de água gredosa, mas supérflua em Florença, de abundantes fontes de água perfeitamente pura (BRUNI, 2001, p. 13).

Florença, pois, sentencia Bruni, era filha da magnificência de Roma, bem “comprovada pelas ruínas das antigas construções florentinas” (aqueduto, teatros e o templo de Marte agora sediando o batistério) que a espelhavam, ainda admiráveis mesmo em meio ao presente esplendor da cidade.

E, todavia, os inícios da cidade, de *mimese* assim romana, também vacilaram dado o vício que prejudicava a figura de seus fundadores, ao que pondera Bruni ainda seguindo os dizeres de Cícero. Pois aqueles colonos, porque “repentina e inesperadamente enriquecidos” pelos ganhos guerreiros auferidos junto ao “ditador” romano, “não sabiam como controlar suas despesas”, pondo-se a erigir “residências monumentais” e “a abandonar-se a grandes e luxuosos banquetes”, de modo que, assim imprudentes, logo se viram “sobrecarregados de dívidas”. Também sua definição guerreira então revelou desvios de viciosidade, pois, no afã daquela premência, intentaram voltar aos velhos hábitos:

em parte por causa de sua pobreza e em parte porque, soldados criados em guerras civis e despreparados para viver em paz, estavam acostumados a ganharem recompensas, de modo que, agora ainda acicatados pelas dívidas, puseram avidamente miras em outros distúrbios por novos ditadores e seus renovados butins (BRUNI, 2001, p. 13).

Era o tempo em que Catilina fomentava a revolta em Roma conspirando contra “a república”, de que se suspeitava também o envolvimento de Caio César, também ele “sedento de revolução” porque “pesadamente endividado”. Casaram-se, pois, os vícios de ambos os lugares, os da velha Roma com os da jovem Florença, que então, observa Bruni, “experenciou seu primeiro perigo e praticamente sua mais antiga crise” ao abrigar a liderança da conjura. História, entretanto, de “desfecho feliz”, pois, suprimida a revolta e morto o líder, ensejou

que “o povo de Florença, tendo assim vivenciando o distúrbio e a proximidade da guerra, aprendesse valiosa lição”:

pelos perigos de outros, aprenderam a abandonar seus próprios veementes desejos por novas ditaduras e renovados butins. Pela primeira vez conscientizaram que deviam basear-se no que já possuíam, entendendo que projetar esperanças em distúrbios políticos era não só inútil quanto perigoso. Assim, de imediato se transformaram, quer pelos pensamentos quer pelos modos de vida. Adotaram novos costumes e por eles criaram seus filhos. Por temor de dívidas, agora cuidadosamente guardavam e contabilizavam suas posses, também cultivando modos parcimoniosos e frugais: moderados, continham suas despesas, vendo que a luxúria e a prodigalidade abriam a via da perdição (BRUNI, 2001, p. 17).

A “jovem Florença”, por esse seu início historicamente pedagógico, livrava-se, então, daqueles “vícios” que lhe vinham da velha cidade, desse modo recuperando e restaurando em seu próprio benefício as boas “virtudes” que eram próprias das origens de Roma. Florença é, desde o princípio, a nova Roma!

Ao iniciar a composição do segundo livro de sua **História do Povo Florentino**, Bruni aponta a mudança de estilo historiográfico que ele então passava a imprimir à sua narrativa. Para o primeiro volume, “a necessidade impusera-lhe” compor “uma história de amplo percurso”, a dele reclamar uma viagem por extenso tempo histórico, assim demarcado entre as remotas “origens da cidade” e “os tempos próprios (atuais) dos florentinos”. Antes, pois, de trilhar “o terreno seco” do presente histórico, havia que atravessar o largo rio do passado, nele “molhando os pés”. Razão porque adotara um ritmo “veloz” de narração, a percorrer rapidamente “longos períodos de tempo”, e assim os expondo apenas “sumariamente”. De agora em diante a narração não mais “correria”, antes, seguia “a passo” (BRUNI, 2001, p. 109).

Que temporalidade de presente histórico florentino é essa que o olhar historiográfico de Bruni contempla dedicando-lhe o privilégio de uma atenção vagarosa, transparece de imediato pelo marco factual porque o historiador então retoma sua narração, transitando do primeiro para o segundo livro, correspondente aos acontecimentos do ano de 1250:

Após a morte de Frederico, cujos terríveis crimes já foram por nós descritos, o povo florentino, a muito tomado de ódio contra a arrogância

e ferocidade daqueles que haviam se apossado dos destinos da comunidade (*res-publica*), insurgiu-se tomando as rédeas do governo em defesa da liberdade e condução dos negócios públicos de acordo com a vontade popular (BRUNI, 2001, p. 109).

A temporalidade presente, enquanto curso da história atual da cidade, que Bruni assim distingue, tem “o povo florentino” por sujeito da história! Um nexo de ações estrutura o sentido republicano porque é direcionado seu destino histórico, então inaugurado pelas iniciativas do governo popular constituído pela insurreição: a composição política do povo com a facção nobre (“Guelfos”) que lhe era favorável, formando frente conjunta contra a facção avessa à orientação popular (“Guibelinos”); estruturação institucional de direção estatal que responde pela vontade popular que elege seus membros constituintes (o colegiado dos Doze, *Anziani*); a ordenação distrital dos magistrados e demais cargos públicos e a integração militar da população urbana, compondo as guarnições vigilantes contra as tramas aristocráticas e definindo a força de guerra da cidade.

Principia então, diz Bruni, a história do presente republicano de Florença: o Povo, que antes vivia curvado sob sujeição servil a príncipes e seus acólitos, agora, “provado o mel da liberdade”, princípio de “crescimento forte”, tornara-se “senhor de si mesmo e, assim erigido em dignidade, agente criador de honra”. Pelo que o historiador aponta quais diretrizes de conduta consolidam o fortalecimento do Povo: na interioridade das ações cidadinas, “aconselhamento e diligência” (*consilium et industria*); no inter-relacionamento exterior, “determinação e força guerreira” (*arma fortitudoque*).⁴⁷ Ambos esses modos de atuação respondem pelo mesmo princípio, qual seja, instaurar o reino da “liberdade”, pois, os feitos guerreiros do Povo de Florença, então inaugurados pela expedição contra Pistóia, têm originariamente por desígnio, não “o desejo de dominação” escravizadora de outros povos, mas “o zelo prudente de preservar a sua própria liberdade”.

Ora, o que a narração passa então a contar a partir deste segundo livro, assim demarcado por respeito à emergência presente do Povo Florentino como sujeito da história, melhor se “compreende”, diz Bruni, à luz do que

⁴⁷ “É maravilhoso narrar o quanto ganhou pujança o Povo a partir destes inícios. O Povo era agora seu próprio senhor e manancial de honras, por homens que, apenas pouco antes eram servos de príncipes e seus acólitos, agora, tendo provado o mel da liberdade, infletiram sua força insurgente a conquistar posicionamento honorífico em sua própria comunidade. Desse modo se fortaleceu, por prudência e diligência no interior da cidade, por coragem e poderio, fora” (BRUNI, 2001, p. 111).

ocorrera no passado, o tempo interveniente desde as “origens da cidade”. Essa a razão historiográfica que justificava o estilo abrangente porque compusera o primeiro livro, de que agora sinteticamente identificava os três núcleos e momentos factuais desse passado histórico de Florença que, ele entendia, iluminassem a compreensão do presente: “os inícios e o progresso das cidades etruscas”; “o declínio e a divisão do poder de Roma”; e “as origens e o desenvolvimento daquele partidarismo e daquelas facções que posteriormente convulsionaram o mundo”.

Por justo essa tríplice configuração de nexos factuais Bruní ordenara as unidades de concatenação narrativa do livro primeiro, por elas distinguindo os correspondentes períodos que seqüenciavam o passado histórico florentino. Pelos juízos que o historiador então tece na apreciação desses momentos e realidades por que seguiu a trajetória histórica de Florença, acusam-se já as lições que, no seu entender, os fatos encerram, assim discernindo tanto as raízes boas quanto as ervas daninhas.

O primeiro tempo, o mais antigo, que conheceu o “poderio e riqueza” das cidades etruscas, revela por qual fundamento virtuoso a confederação progrediu e por qual mazela viciosa deteriorou. Enquanto as cidades etruscas observaram entre elas relações de igualdade que respeitassem a independência de governo de todas, primando por um espírito de concórdia, “tornaram-se grandes e prósperas e os etruscos eventualmente dominaram terras bem além de suas fronteiras” (BRUNI, 2001, p. 21). Já quando, desunidas, entregaram-se a reiteradas guerras contra Roma que acabaram por transferir para esta seu antigo poderio, a ruína adveio com a perda da autonomia:

É um fato da natureza humana que, quando está aberta a via que leva à grandeza e honras, os povos se dispõem a melhorar; quando, porém, a via é bloqueada, tornam-se inertes e nada fazem. Quando seu império foi transferido para os romanos e os etruscos não podiam nem alcançar honrarias nem empregar suas energias em empreendimentos maiores, a virtude etrusca progressivamente definhou. Seu declínio se deve bem mais à sua própria inatividade do que à espada do inimigo (BRUNI, 2001, p. 49).

O segundo período diz a história de Roma antiga, de destino cindido entre república, seu princípio fundante, e império, seu fim ruinoso. A virtude agora responde pelo nome de liberdade, e a desgraça, pelo de império.

Enquanto em Roma viveu um povo livre, perfazendo “quatrocentos e sessenta e cinco anos” em que o governo conformava-se pelo colegiado de magistraturas republicanas (cônsules, ditadores, tribunos militares), a cidade cresceu em poderio e seus cidadãos distinguiram-se por feitos gloriosos. Assim Roma conquistou seus domínios espalhados pelo mundo todo. Desde que, entretanto, à época de Júlio César e a seguir Augusto, “Roma desistiu de sua liberdade dando lugar ao *imperium*”, ao assim firmar que o poder estatal ficava confinado a uma pessoa, o germe da doença contaminou a cidade, pois, com “o desaparecimento da liberdade, vai-se também a virtude”:

Anteriormente aos dias dos Césares, a elevação de caráter constituía o caminho da honra, e os postos – tais como cônsul, ditador ou outros altos cargos públicos – estavam abertos a homens que excelsiam por espírito magnânimo, força de caráter e energia. Tão logo a república caiu em poder de um só homem, espírito elevado e magnanimidade tornaram-se suspeitos aos olhos dos mandantes. Tinham aceitação junto aos imperadores apenas os que fossem desprovidos de espírito vigoroso em zelar pela liberdade. A corte imperial assim abriu suas portas aos preguiçosos antes do que aos fortes, aos adúladores, antes do que aos diligentes, e na medida em que a administração dos negócios caía em mãos de homens inferiores, aos poucos o império foi levado à ruína. É possível deplorar um só caso em que a virtude seja varrida e não deplorar ainda mais a destruição do Estado todo? (BRUNI, 2001, p. 51).

A percepção que Bruni projeta da história do império romano o reduz ao domínio da criminalidade e selvageria. A seqüência dos imperadores é primordialmente lembrada como uma enfiada de celerados que primam pela crueldade e carnificina com que esquarterjam o corpo da cidadania romana, especialmente eliminando seus constituintes humanos mais nobres e excelentes. Viciosidade homicida tão odiosa que se revela, em última instância, suicida, terminando por vitimar inclusive seus próprios sujeitos perpetrantes, os imperadores mesmos, também eles seqüenciando seus assassinatos. O império romano, pois, na caracterização de Bruni, se mostra como “flagelo da cidadania e terror do mundo”. O desfecho não poderia ser outro mais vergonhoso:

Tantos massacres e assassinatos, mais as revoluções que se lhes seguiram, só podiam conduzir ao enfraquecimento e declínio do império. O poderio de Roma começou a ser drenado pouco a pouco fazendo declinar sua

grandeza, até que acabou caindo em mãos de estrangeiros por falta de cidadãos nativos.

Por fim terceiro tempo, já terminadas as invasões bárbaras, ressurgimento do império, agora de trajes germânicos e disputas hegemônicas com o papado. As cidades itálicas internalizam o conflito global, nelas catalisando a cisão de facções: “uma favorecia o papa e opunha-se aos imperadores, já a outra era inteiramente devotada ao título imperial”. A primeira era “essencialmente composta por aqueles que estavam mais inclinados a acolher a liberdade dos povos, considerando degradante que alemães e bárbaros governassem os italianos sob o pretexto de um título romano” (BRUNI, 2001, p. 101-103). A segunda, pelo contrário, congregava “homens que haviam assumido a causa imperial, esquecendo-se da liberdade e glória de seus ancestrais – indivíduos que preferiam servir a estrangeiros antes do que serem governados por seu próprio povo” (BRUNI, 2001, p. 103). Implantado o partidarismo como móbil e forma da vida política, tal foi o “começo de grandes calamidades” para as cidades itálicas: contaminação facciosa do espaço público, agora instrumento por que se canalizam e, conseqüentemente, acirram “os ódios e dissidências” deflagrando cada vez mais “matanças e devastações”. Patologia urbana que atinge paroxismo febril porque acutizada pela presença celerada de Frederico II, que só fez “enfurecer” a Toscana.

Tempo, então, de crise, superada pela insurreição do Povo Florentino erigido em sujeito político, assim inaugurando o presente histórico da cidade.

Na transmutação modernizante dos princípios da narrativa, porque a conjugação da arqueologia etiológica da história antiga agora se conforma pela problemática das origens que configura a composição do livro primeiro, o historiador vislumbra o passado, e o passado (lhe) ilumina o presente, diz Bruni, ecoando a definição ciceroniana da história.

LEONARDO BRUNI AND THUCYDIDES: HISTORY AND RHETORIC

ABSTRACT

The essay proposes a reflection concerning the conception of history writing present in the work of Leonardo Bruni in terms of a contrast between the ancient precepts of historical

narration formulated by Thucydides' History and the corresponding modernizing teleological approach.

KEY-WORDS: *History and historiography. Leonardo Bruni. Rhetoric. Thucydides.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUNI, Leonardo. **History of the Florentine People**. v. 1. Edited and translated by J. Hankins. Cambridge; London: Harvard University Press, 2001.

COCHRANE, E. **Historians and Historiography in the Italian Renaissance**. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1981.

FRYDE, E. B. The Beginnings of Italian Humanist Historiography: The “New Cicero” of Leonardo Bruni. **The English Historical Review** 376, p. 533-552, 1980. [Publicado também em **Humanism and Renaissance Historiography**. London: The Hambledon Press, 1983. p 33-53]

_____. The Revival of a “Scientific” and Erudite Historiography in the Earlier Renaissance. In: _____ (Ed.). **Humanism and Renaissance Historiography**. London: The Hambledon Press, 1983. p. 3-31

FUBINI, R. Osservazioni sugli *Historiarum Florentini Populi Libri XII* di Leonardo Bruni. In: **Studi di Storia Medievale e Moderna per Ernesto Sestan**. v. 1, Firenze: Leo S Olschki Editore, 1980. p. 403-448

HANKINS, J. Humanism and the origins of modern political thought. In: KRAYE, J. (Ed.). **The Cambridge Companion to Renaissance Humanism**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 118-141

_____. Rhetoric, history, and ideology: the civic panegyrics of Leonardo Bruni. In: _____. (Ed.). **Renaissance Civic Humanism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. p. 143-178.

IANZITI, G. Bruni on Writing History. **Renaissance Quarterly**, 51.2, p. 367-391, 1998.

KLEE, Udo. **Beiträge zur Thukydides-Rezeption während des 15. und 16. Jahrhunderts in Italien und Deutschland**. Frankfurt am Main-Bern-New York-Paris: Peter Lang, 1990.

McMANAMON, J. M. **Funeral Oratory and the Cultural Ideas of Italian Humanism**. Chapel Hill; London: The University of North Carolina Press, 1989.

PIRES, F. M. **Mithistoria**. São Paulo: Humanitas, 1999.

SEIGEL, J. E. **Rhetoric and Philosophy in Renaissance Humanism. The Union of Eloquence and Wisdom, Petrarch to Valla**. Princeton: Princeton University Press, 1968.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso I**. Introdução, tradução e notas de A. L. de Almeida Prado. São Paulo: USP-FFLCH, 1972.

_____. **História da Guerra do Peloponeso**. Tradução do grego, introdução e notas de M. da G. Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

ULLMAN, B. L. Leonardo Bruni and Humanistic Historiography. In: _____. **Studies in the Italian Renaissance**. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1955. p. 321-344

WATKINS, R. N. (Ed.). **Humanism and Liberty. Writings on Freedom from Fifteenth-Century Florence**. Texts translated and edited by René Neu Watkins. Columbia: University of South Carolina Press, 1978.

WILCOX, D. J. **The Development of Florentine Humanist Historiography in the Fifteenth Century**, Cambridge: Harvard University Press, 1969.